



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 101ª REUNIÃO

Data: 25 de agosto de 2011

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, agradecendo a presença de todos os membros do Comitê e demais participantes.

Em seguida foi submetida à apreciação a ata da 99ª Reunião do CMSE, de 25 de julho de 2011, sendo aprovada por unanimidade.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICAS DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O ONS apresentou a avaliação das condições eletroenergéticas de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN, destacando que os reservatórios estão apresentando o melhor nível de armazenamentos dos últimos dez anos, com exceção da região Nordeste, que apresenta o terceiro maior armazenamento equivalente.

Com relação às afluências, a região Sul tem apresentado afluências muito acima da média, enquanto nas demais regiões do SIN estão se verificando afluências em torno da média histórica. Quanto à previsão climática para o trimestre setembro/outubro/novembro, espera-se chuvas entre a média e ligeiramente abaixo da média para a região Sul e em torno da média nas demais regiões.

Destacou ainda que não há expectativa de necessidade de despacho de geração térmica adicional, referente à aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP, o que deverá se repetir em outubro. Somente se houver uma

atualização da CAR e Níveis Meta, devido a alterações de cronograma que podem vir a ser adotados, é que poderá haver necessidade de geração térmica complementar. Em novembro, conforme colocado pelo ONS, as condições energéticas no SIN serão muito favoráveis. É possível que o controle de cheias do próximo período úmido seja o problema a ser enfrentado.

A nova atualização da previsão de carga realizada pelo ONS e EPE, referente à terceira revisão quadrimestral, é de um crescimento em 2011 no SIN de 3,1% quando comparado a 2010. Quando observamos o período janeiro a agosto de 2011, verificamos um crescimento acumulado de 3,4% comparado ao mesmo período de 2010.

O ONS solicitou a ANA, presente à reunião, que devido à expectativa de haver mais dificuldade nos procedimentos para o controle de cheias neste próximo período úmido, no qual os reservatórios vão estar muito cheios, solucionar a questão envolvendo a restrição de defluência máxima em Jupia, passando de 16.000 m³/s para 17.000 m³/s, de forma a ser possível alocar um volume de espera menor e guardar mais água, observando que o relaxamento dessa restrição estava sendo estudado com a CESP.

A ANA relatou que a CESP precisaria desapropriar adequadamente a linha d'água entre a restrição de cota máxima vigente hoje na usina hidrelétrica de Porto Primavera (mais baixa) e a cota para a qual a usina foi projetada, não havendo possibilidade de resolver a questão por meio de uma resolução da ANA, que não poderá liberar a inundação de propriedades ainda não desapropriadas. O Senhor Secretário Executivo comentou que seria preciso induzir a CESP a prosseguir com as desapropriações.

Deliberação: O ONS deverá convocar uma reunião entre ANEEL e CESP para tratar dessa questão.

3. APROVAÇÃO DOS PARÂMETROS DO PROCEDIMENTO OPERATIVO DE CURTO PRAZO – POCP PARA APLICAÇÃO EM SETEMBRO/2011

O ONS informou não haver expectativa de despacho de geração térmica adicional pela aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP.

Foram mantidos os parâmetros utilizados pelos Procedimentos Operativos de Curto Prazo, quais sejam: os Níveis Meta de 25% para a região Nordeste e de 42% para a região Sudeste/Centro-Oeste.

4. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E DA TRANSMISSÃO

Inicialmente, a SEE/MME apresentou um panorama da evolução da expansão da geração comparativamente aos compromissos de leilão, discriminando os atrasos acumulados até a presente data. O total acumulado corresponde a uma capacidade de 4.885,4 MW não instalada, associada a uma energia contratada e não entregue de 2.353,06 MW médios.

Com relação à geração, a meta inicial de expansão de geração para 2011 é de 6.542 MW, ante um compromisso de leilão de 7.249 MW, tendo sido implantado até agosto/2011 um total de 2.301,1 MW, para uma meta no mês de 2.049,7 MW. Na sequência foi apresentada uma estratificação por tipo de fonte, ou seja, hidrelétricas, termelétricas e PROINFA, detalhando os principais desvios de meta.

Na transmissão foi apresentado que a meta de expansão para 2011 é de 3.103 km de novas linhas de transmissão, tendo sido realizada até o final de julho/2011 um total de 1.499 km, valor ligeiramente superior à meta de 1.483 km. Quanto à evolução da capacidade de transformação, a meta de expansão para 2011 é de 10.162 MVA, tendo sido realizada até o final de julho/2011 uma expansão de 4.909 MVA, ante uma meta de 6.175 MVA.

Entrou em operação no dia 17 de agosto a LT 230 kV Juína – Brasnorte C1 e em 21 de agosto, a LT 230 kV Pituaçu – Narandiba C2.

Deliberação: O ONS deverá fazer uma avaliação dos impactos para o SIN dos atrasos acumulados das usinas de leilão que não entraram em operação, dado o montante significativo de capacidade a ser instalada em atraso que está se verificando, que providências sugere, e trazer essa avaliação para a próxima reunião do CMSE, para um exame mais profundo.

O ONS comentou novamente sua preocupação com a expansão crescente de geração eólica na região Nordeste e de geração térmica no Maranhão, associada à limitação no escoamento dessa energia pelas interligações, mencionando inclusive a restrição de vazão mínima de 1.300 m³/s nos reservatórios da bacia do rio São

Francisco, que impõe uma inflexibilidade de geração hidráulica no Nordeste. Indagou a EPE se já haveria estudos para ampliação dessas interligações para eliminar a restrição de exportação de energia que é agregada ao Nordeste a cada leilão.

A EPE informou que já fez este estudo e encaminhou ao MME, objetivando poder escoar os excedentes de energia da região Nordeste, pois a contratação de energia de usinas localizadas nessa região poderá extrapolar a carga. Dessa forma, só haveria sentido expandir a geração nessa região se for possível exportar energia para as outras regiões do país.

O Senhor Secretário Executivo expressou sua preocupação com o andamento dos trabalhos para definir uma nova restrição de vazão defluente mínima para os reservatórios do rio São Francisco, uma vez que a restrição de vazão mínima vigente de 1.300 m³/s causa limitação na capacidade de exportação de excedentes de energia do Nordeste.

A ANA esclareceu que essa restrição de vazão mínima de 1.300 m³/s faz parte da Licença de Operação das usinas hidrelétricas de Sobradinho e Xingó da Chesf, e para alterar esse valor, a Chesf teria que solicitar a alteração da LO ao IBAMA, segundo o entendimento desse órgão. Adicionalmente, a Chesf precisaria ser demandada de alguma forma, pois essa alteração trará custos que não poderiam ser suportados somente pela empresa, segundo a sua visão.

A SEE/MME deverá coordenar as ações para eliminar a restrição de vazão mínima de 1.300 m³/s no rio São Francisco.

O senhor Ministro comentou que os baixos preços verificados para as eólicas nos últimos leilões ocorridos em agosto, poderiam ser um reflexo de queda dos preços internacionais, citando o exemplo do leilão realizado recentemente no Uruguai, com preços de energia eólica abaixo de R\$ 100,00/MWh.

O ONS, por sua vez, credita ao desempenho dos leilões no Brasil, os baixos preços obtidos no Uruguai para a fonte eólica. O senhor Secretário Executivo lembrou ainda que muitas plantas produtoras de geradores eólicos se instalaram no Brasil, reduzindo os custos. A EPE ressaltou que o modelo brasileiro de leilões é bastante eficiente, e no que diz respeito à fonte eólica, é um exemplo para o mundo, pois não precisou subsídio, diferentemente do que ocorre na Europa.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS USINAS

As datas de tendência para operação comercial das usinas foram aprovadas pelo Comitê, conforme analisadas na reunião mensal do DMSE de 17 de agosto de 2011 e encaminhadas pelo Ofício Circular nº 3/2011- SEE-MME, em 18 de agosto de 2011, aos membros do CMSE.

6. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

O ONS apresentou o Boletim de Interrupção de Suprimento de Energia - BISE no período de 23 a 24/08/2011, envolvendo nove ocorrências com interrupção de carga superior a 100 MW e duração acima de 10 minutos, sendo seis na Rede de Operação e três fora desta, ressaltando que até a presente data o número de eventos no período janeiro/agosto do ano de 2011 totalizam 50 ocorrências, contra 49 verificadas em igual período no ano passado. No entanto, cabe destacar, redução no número de ocorrências na Rede de Operação e aumento destas fora da Rede de Operação.

Dentre as ocorrências, destaca-se o desligamento da SE Milton Fornasaro 345/88 kV da CTEEP em 28 de julho, pelo montante expressivo de carga interrompida (870 MW), muito embora tenha sido classificada como de pequeno porte, devido a proporção em relação a carga de São Paulo. O desligamento foi causado por atuação acidental da proteção de falha do disjuntor, do lado de 88 kV do TR-3 da subestação.

Outra ocorrência, embora classificada como de pequeno porte no Rio de Janeiro, mas que causou impacto na mídia por ter desligado uma área nobre da cidade do Rio de Janeiro, foi o desligamento automático dos transformadores TR-52 e TR-58 500/138 kV da SE Grajaú, interrompendo 234 MW de carga com um tempo médio de restabelecimento de 88 minutos.

O desligamento automático da LT 230 kV Abunã – Rio Branco I (único circuito), desenergizando a SE Rio Branco I foi classificada como grave para o estado do Acre – desligou todo o estado do Acre, e o desligamento da SE Maceió 230/69 kV também foi considerado de grande porte para o estado de Alagoas, pela proporção da carga desligada nesses estados.

O senhor Ministro declarou não se sentir muito tranquilo quanto a estes eventos, pois antes alguns desses eventos estavam vinculados a queimadas e agora parece estar

havendo uma incidência mais elevada dessas ocorrências, havendo necessidade de soluções para sanar os problemas que estão acontecendo.

O Secretário Executivo solicitou uma estatística que possa aferir o desempenho das transmissoras para que resultem em ações efetivas à solução dos problemas, pois até o presente, tem-se feito apenas uma relação dos eventos mais críticos, sem que se proponha um plano de ação.

7. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CCEE expôs os resultados do monitoramento da liquidação no mercado de energia elétrica, destacando a evolução da inadimplência nas liquidações, de março de 2011 a junho de 2011. O maior valor de inadimplência ocorreu em março, atingindo 56% do total de energia contabilizada no mercado de curto prazo, no total de R\$ 263,4 milhões, passando a 23% (R\$ 90,5 milhões) em abril, 16% em maio (R\$ 40,9 milhões) e aumentando novamente para 26% em junho (R\$ 62,4 milhões) devido ao retorno de algumas usinas para a liquidação. Foi destacado que mesmo com o desligamento dos Agentes que estão inadimplentes do mercado e a saída desses da contabilização na CCEE, a dívida não estará quitada, sendo necessário efetuar cobrança judicial para poder encerrar o débito.

A seguir, foi apresentado um quadro indicativo das ações judiciais, liminares e procedimentos arbitrais na CCEE. Desde a origem da CCEE, totalizou-se 253 ações judiciais e 19 procedimentos arbitrais, com 140 ações e 4 procedimentos arbitrais ainda em trâmite. Existe um trabalho árduo por parte do jurídico da CCEE no acompanhamento de todas essas ações judiciais. As causas dessas ações concentram-se basicamente em contestação de regras de comercialização, contestação de decisões tomadas no âmbito da CCEE referentes a penalidades técnicas, desligamento de Agentes e de cobrança de inadimplentes, bem como ações relativas a atraso de compromissos de leilão entre outros. O maior problema não se situa nas liquidações mensais da CCEE, mas envolve liminares que não permitem a cobrança dos débitos e que em decorrência são colocados pela CCEE em registro escritural, e que já atinge o elevado valor de R\$ 287 milhões, que os credores não recebem.

O Senhor Ministro destacou a importância de se fazer uma boa defesa do poder público do ponto de vista jurídico, buscando assessoria de escritórios de advocacia de

renome, nessas ações que buscam defender interesses particulares além do que seria razoável, em detrimento do bem público.

A CCEE relatou que tem adotado medidas para diminuir os riscos de judicialização do mercado de curto prazo, entre as quais buscando maior aproximação com o poder judiciário, com um projeto de realização de um workshop para esclarecimentos das atividades da Câmara. A CCEE tem procurado contratar também grandes escritórios de advocacia quando a causa tiver valores expressivos, mas tem encontrado dificuldade de encontrar escritórios que não estejam comprometidos com os Agentes que movem as ações.

Com relação ao último leilão de energia nova A-3 (12º LEN) e ao 4º leilão de energia de reserva, foram contratados 92 projetos correspondendo a 3.963 MW de capacidade instalada com garantia física de 2.284 MW médios. Os investimentos totais estão na ordem de R\$ 11,2 bilhões. Destaca-se a redução contínua dos preços dos projetos de energia eólica, resultando em ambos os leilões num preço médio inferior a R\$ 100,00/MWh.

8. ASSUNTOS GERAIS

Na 100ª Reunião Extraordinária do CMSE realizada em 04 de agosto passado, cujo objetivo foi avaliar e aprovar o relatório final do GT Copa 2014, foi deliberado que seriam feitos alguns ajustes nesse relatório, esses ajustes estão sendo realizados e submetidos à coordenação das forças-tarefa, para que sejam feitas algumas avaliações com relação à Rede Básica, onde haverá alterações. Com respeito às redes de distribuição, o relatório foi encaminhado a ANEEL para análise.

Na próxima reunião do CMSE, serão apresentados os ajustes realizados no relatório, para que se possa efetuar o monitoramento da implantação das obras necessárias.

Nada mais havendo foi encerrada a reunião.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Domingos Romeu Andreatta	MME
Guilherme Silva de Godoi	MME
Joaquim Gondim	ANA
José Cesário Cecchi	ANP
Helder Queiroz	ANP
Darico Pedro Livi	ONS
José Carlos de Miranda Farias	EPE
Maurício Tolmasquim	EPE
João José de Nora Souto	MME
Francisco Romário Wojcicki	MME
Ricardo S. Homrich	MME
Hugo Leonardo Gosmann	MME
Robésio Maciel de Sena	MME
Luiz Eduardo Barata Ferreira	CCEE
Leonardo Calabró	CCEE
Albert C. G. Melo	CEPEL
Rui Guilherme A. Silva	ANEEL
Nelson Hubner	ANEEL
Moacir Carlos Bertol	MME
Altino Ventura Filho	MME
Thiago Pereira Soares	MME
Marina Bott Gonçalves	MME
Edvaldo Luís Risso	MME
Sandro José Monteiro	MME
Juliano Vilela Borges dos Santos	MME
Antonio Carlos Lima	MME
Ildo Wilson Grüdtnr	MME
Márcio P. Zimmermann	MME
Hermes J. Chipp	ONS